

ENTRE A LIBERDADE E O POPULISMO: reflexões a partir de John Stuart Mill e Pierre Rosanvallon

César Augusto Godinho Da Silva e Assis¹
Thamires Gomes Vidigal Armini²

RESUMO

Este artigo explora a concepção de liberdade individual proposta por John Stuart Mill, analisando sua relevância e aplicabilidade nas democracias contemporâneas, especialmente frente ao crescimento de movimentos populistas. O problema de pesquisa investigado é como a liberdade individual, conforme defendida por Mill, pode ser preservada em contextos em que a vontade coletiva, frequentemente expressa através de mecanismos democráticos e populistas, tende a sobrepor-se às liberdades individuais. A hipótese central é que a ênfase de Mill na autonomia individual e na diversidade de opiniões oferece uma defesa robusta contra os riscos de tirania da maioria. O objetivo do estudo é revisar criticamente as ideias de Mill e compará-las com os desafios enfrentados pelas democracias modernas, destacando a tensão entre liberdade individual e vontade geral. A análise conclui que a concepção de liberdade de Mill permanece vital para a defesa das liberdades fundamentais em sociedades democráticas, embora sua aplicação contemporânea exija adaptações frente aos desafios tecnológicos e sociais atuais. Além disso, o estudo sugere que a revitalização das ideias de Mill pode contribuir para a construção de um espaço político mais inclusivo e equilibrado.

PALAVRAS-CHAVE: John Stuart Mill. Liberdade individual. Democracia. Populismo. Vontade geral. Governança democrática.

ABSTRACT

This article explores John Stuart Mill's conception of individual liberty, analyzing its relevance and applicability in contemporary democracies, particularly in the face of the growing influence of populist movements. The research problem addresses how individual liberty, as advocated by Mill, can be preserved in contexts where collective will, often expressed through democratic and populist mechanisms, tends to override individual freedoms. The central hypothesis posits that Mill's emphasis on individual autonomy and diversity of opinions provides a robust defense against the risks of majority tyranny. The objective of the study is to critically review Mill's ideas and compare them with the challenges faced by modern democracies, highlighting the tension between individual liberty and general will. The analysis concludes that Mill's conception of liberty remains vital for defending fundamental freedoms in democratic societies, although its contemporary application requires adaptations in response to current technological and social challenges. Furthermore, the study suggests that

¹ Doutorando e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV), com área de concentração em Direitos e Garantias Fundamentais. Membro do Grupo de Pesquisa (CNPq) "Hermenêutica Jurídica e Jurisdição Constitucional", coordenado pelos Professores Doutores Américo Bedê Freire Junior, Alexandre Castro Coura e Cássius Guimarães Chai. Egresso da Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce (Fadivale). Advogado. Professor. Endereço eletrônico: cezargodinho3@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-0202-0710>

² Pós-graduanda em Direito Tributário com Ênfase na Reforma Tributária, pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Bacharel em Direito (FDV).

revitalizing Mill's ideas could contribute to the construction of a more inclusive and balanced political space.

KEYWORDS: John Stuart Mill. Individual liberty. Democracy. Populism. General will. Democratic governance.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO. 2 A LIBERDADE PROPOSTA POR MILL. 3 A CONTRADEMOCRACIA. 4 MOVIMENTOS POPULISTAS CONTEMPORÂNEOS E A TENSÃO ENTRE LIBERDADE E VONTADE GERAL. 5 CAMINHOS PARA A CONCILIAÇÃO ENTRE LIBERDADE INDIVIDUAL E POPULISMO NAS DEMOCRACIAS MODERNAS. 6 CONCLUSÃO. REFERÊNCIAS.

1 INTRODUÇÃO

Para introduzir a análise da concepção de liberdade proposta por John Stuart Mill, é fundamental situar sua obra no contexto das transformações sociais e políticas do século XIX, período marcado pela consolidação das democracias representativas e pela emergência de novas formas de controle social e político. Mill, como um dos principais pensadores liberais, buscou responder a questões centrais sobre a relação entre o indivíduo e o Estado, questionando os limites da interferência estatal e social na autonomia individual.

O problema central deste estudo reside na investigação de como a liberdade individual, conforme articulada por Mill, pode ser preservada em contextos onde a vontade coletiva, frequentemente expressa através de mecanismos democráticos e populistas, tende a sobrepor-se às liberdades individuais. A hipótese subjacente é que a proposta de Mill, ao enfatizar a importância da autonomia individual e da diversidade de opiniões, oferece uma defesa robusta contra os riscos de tirania da maioria, seja essa maioria representada pelo Estado ou pela opinião pública dominante.

A metodologia adotada para este estudo é essencialmente bibliográfica e analítica. Partindo de uma revisão crítica das obras de John Stuart Mill, especialmente "Sobre a Liberdade", o estudo compara suas teorias com as práticas e desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas, com ênfase em movimentos populistas que, em nome da vontade geral, podem comprometer as liberdades individuais. Além disso, serão analisados autores contemporâneos, como Pierre Rosanvallon, para compreender como as tensões entre liberdade individual e vontade geral se manifestam nas democracias modernas.

O estudo também adota uma abordagem comparativa para examinar casos emblemáticos em que a tensão entre liberdade individual e vontade geral se manifestou de forma aguda. Por meio da análise de eventos contemporâneos, como o Brexit no Reino Unido e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, este trabalho busca ilustrar como a dinâmica populista pode, sob a bandeira da soberania popular, ameaçar as liberdades fundamentais defendidas por Mill. A investigação desses casos concretos permitirá uma compreensão mais ampla de como as teorias de Mill se aplicam a contextos políticos diversos e como elas podem ser utilizadas para mitigar os efeitos negativos do populismo na liberdade individual.

Além disso, este estudo pretende contribuir para o debate acadêmico sobre a relevância das ideias de Mill na contemporaneidade, particularmente em um cenário global de crescente polarização política e questionamento das instituições democráticas. Ao explorar as intersecções entre teoria política clássica e os desafios atuais enfrentados pelas democracias, o estudo visa oferecer insights críticos sobre como as sociedades podem equilibrar a necessidade de atender à vontade popular com a obrigação de proteger as liberdades individuais. Nesse sentido, a obra de Mill é revisitada não apenas como um artefato histórico, mas como uma ferramenta analítica para entender e responder às complexidades do mundo contemporâneo.

2 A LIBERDADE PROPOSTA POR MILL

Ao longo da obra, Stuart Mill defende que a liberdade do indivíduo deve prevalecer sobre qualquer tipo de coletividade, em especial na defesa do indivíduo contra qualquer forma de tirania estatal ou outras formas de repressão ao bem-estar (Mill, 2018, p. 25-30).

Cumpre-nos ressaltar sobre as visões e as mudanças da liberdade ao longo do tempo. Inicialmente, a liberdade era vista como uma proteção contra a liberdade dos governantes, sendo o poder político necessário para a contenção e a segurança dos súditos, mas, ao mesmo tempo, algo a ser temido.

Entretanto, com a ascensão do governo eletivo, ter-se-ia deixado de representar a vontade do povo, passando a representar a parte mais numerosa e/ou ativa. Ocorre que, para o autor, esta forma é mais nociva, pois resulta da imposição

da sociedade sobre indivíduos isolados interferindo em esferas que não deveriam interferir (Mill, 2018, p. 26-29).

Mill entende que a independência individual não deveria sofrer tamanha interferência da opinião coletiva, tendo em vista que os padrões de conduta sociais sofrem grande interferência que cada sociedade justifica as regras que aplica como se elas fossem evidentes por si mesmas, e o costume auxilia na aplicação dessas regras que são impostas sem a necessidade de se fornecer razões para tanto (Mill, 2018, p. 29-31).

A ideia central era a de que, cada cidadão deve buscar o seu próprio bem-estar, visto que o desenvolvimento da sociedade apenas é possível pois parte de cada indivíduo. Nesse sentido, quanto maior a liberdade do indivíduo, maior o bem-estar geral do povo.

Para que a liberdade se desenvolva, deve existir uma zona de salvaguarda, a qual abrange a liberdade de consciência em sentido amplo, inclusive pensamento e sentimento, sendo estes inseparáveis da liberdade de expressar e publicar opiniões.

Diante disso, o autor entende que a humanidade ganha mais tolerando que cada um viva conforme o que lhe parece bom do que compelindo cada um a viver conforme pareça bom ao restante (Mill, 2018, p. 29-32).

O livre e completo desenvolvimento das faculdades humanas, bem mais completo da vida humana, conforme entende o John Stuart Mill, apenas sendo possível de ser alcançado caso a individualidade seja reconhecida pela sociedade (Mill, 2018, p. 34-35). Com o referido reconhecimento, uma numerosa gama de opiniões passa a ter espaço e contribuir para o compartilhamento de valores sociais.

Assim, para o autor, era nociva a coerção do Estado em relação aos indivíduos com opiniões contrárias à opinião pública e, mais ainda, com relação a quem compartilhasse a mesma.

Portanto, seria errado o fato de forçar as pessoas a viverem de acordo com costumes ou opiniões predominantes, haja vista que impede que os indivíduos atinjam o desenvolvimento completo e livre de suas faculdades (Mill, 2018, p. 37-39).

A liberdade individual é o fator determinante para a condução da felicidade, sendo completamente errôneo o fato de se forçar as pessoas a viverem de acordo com costumes ou opiniões predominantes, visto que impediria os indivíduos de atingir o desenvolvimento completo e livre de suas faculdades.

Nesse sentido, a censura ao pensamento divergente ou “livres” pode ser útil, mas tornará a sociedade pior e menos feliz e, portanto, a liberdade individual e o direito de discordar, promovem o bem-estar da sociedade no longo prazo, pois a opinião divergente pode ser verdadeira, representando uma correção à opinião da maioria.

O autor entende que, caso a sociedade forçasse seus membros a aderirem a um único estilo, estaria privando-os do avanço social, devendo serem respeitadas e reconhecidas as diversidades de modos de vida (Mill, 2018, p. 39-41).

Ou seja, ainda que com a certeza de que uma opinião é verdadeira, o problema está em não permitir a discussão. Assim, Mill observa que as pessoas possuem a tendência de não aceitar o fato de que podem estar erradas (Mill, 2018, p. 43-46).

Afirma-se que não basta apenas declarar a utilidade de uma opinião se não for permitido defender sua veracidade, uma vez que a veracidade de uma opinião está intrinsecamente ligada à sua utilidade. Para o autor, a presunção de infalibilidade não é marcada pelo sentimento de certeza, mas sim pela pretensão de decidir tal questão pelos outros, sem conceder-lhes a oportunidade de ouvir o que o lado oposto tem a dizer (Mill, 2018, p. 46-48). Este aspecto é de suma importância no âmbito político, como será explorado no contexto da representatividade.

A humanidade está sujeita a equívocos, e a identificação desses erros é um serviço crucial que indivíduos podem prestar uns aos outros. Porém, as opiniões contrárias ao pensamento predominante, embora existam, muitas vezes falham em lançar luz sobre os temas mais relevantes para a humanidade.

A disposição para questionar, debater e desafiar as ideias estabelecidas são valores fundamentais que se perdem quando esse estado de coisas persiste. Muitos intelectuais deixam de exercitar seu pensamento com rigor e independência devido à prevalência do pensamento dominante.

A esfera pública precisa responder a essa necessidade de diversidade e de uma nova base de justificação para as ações coercitivas do Estado.

Nos casos em que há conflito, a verdade apenas pode ser alcançada por meio do equilíbrio entre os argumentos das partes envolvidas. Ou seja, em uma discussão livre, os argumentos devem ser apresentados por pessoas que efetivamente acreditem neles.

Ainda que existente o apelo pelo debate, Mill reconhece que, independente da opinião professada, o uso da linguagem injuriosa é condenável (Mill, 2018, p. 29-32). Assim, os indivíduos são livres, em sua percepção, para agirem de acordo com suas próprias opiniões, sem que sofram impedimentos físicos e morais por parte de seus semelhantes.

Dessa forma, a ação não deve ser tão livre quanto a opinião, pois atos que provoquem dano a outros devem ser controlados, primeiro por sentimentos desfavoráveis e em último caso pela interferência ativa dos homens.

Assim, da mesma maneira que se reconhece que o entendimento próprio de cada indivíduo deve interpretar o costume e segui-lo, há de ser reconhecida a necessidade de cada indivíduo possuir seus impulsos e desejos.

O principal argumento utilizado por Mill está em seu apelo à livre individualidade que, através dos sentimentos sociais, se interliga à experiência intersubjetiva, proporcionando o reconhecimento de um horizonte político compartilhado.

3 A CONTRADEMOCRACIA

Inicialmente, em sua obra, Pierre Rosanvallon, aborda a complexidade e os desafios da democracia contemporânea, indo além das noções tradicionais de democracia direta ou representativa.

O autor discute como os mecanismos de controle, interferência e acusação encontraram elementos fundamentais dos regimes políticos modernos, contribuindo para uma arquitetura eficaz da divisão de poderes e uma dinâmica política mais sutil do que comumente descrita pela teoria política tradicional.

Esses mecanismos contrademocráticos, juntamente com uma atividade democrática que se estende além do quadro das instituições eleitorais-representativas, formam um universo complexo, mas coerente, que desafia as visões lineares e simplificadas da evolução democrática.

Sugere que uma compreensão completa da democracia atual requer uma redefinição que incorpore essas formas de participação cidadã e controle. Destacando como elementos considerados "pré-modernos" continuam a ser relevantes e eficazes, desafiando as narrativas de progresso linear na história da democracia.

Nesta parte em específico, enfatiza a necessidade de considerar e integrar a complexidade da prática democrática contemporânea, incluindo as diversas formas de expressão da sociedade na construção do campo político, para uma compreensão mais completa e matizada da democracia.

Ao avançar da obra, Rosanvallon discute a crescente demanda por transparência nas democracias modernas e como isso se relaciona com os mecanismos de controle e fiscalização na governança.

Argumenta que o desejo de transparência surge do sentimento de impotência dos cidadãos diante da percepção da timidez ou inação dos governantes, que muitas vezes parecem mais preocupados em evitar erros do que em buscar melhorias significativas.

Rosanvallon destaca uma grande ruptura na política contemporânea, onde estratégias para evitar críticas e diluir responsabilidades tornam-se predominantes, tanto entre os políticos quanto na percepção dos cidadãos. Isso leva a uma era caracterizada por uma "soberania negativa" e uma redução das ambições políticas, onde governar é vista como uma tarefa quase impossível devido às altas expectativas de controle e fiscalização por parte do público.

Para o autor, parece que a transparência se tornou um valor central nas democracias contemporâneas, mas essa ênfase na transparência pode levar a uma política de cautela excessiva, onde o medo de falha inibe a inovação e a tomada de decisões ousadas. Essa busca pela transparência e pelo controle perfeito pode paradoxalmente resultar em uma governança menos eficaz e mais reativa, limitando a capacidade dos governantes de responder de maneira proativa aos desafios.

O autor busca discutir duas formas principais de despolitização na contemporaneidade. A primeira está relacionada com o crescimento dos mecanismos contrademocráticos e como eles são afastados para uma sensação de distanciamento entre os cidadãos e as esferas de poder político.

Esses mecanismos, embora fundamentais para a fiscalização e o controle dos governos, acabam por vezes criando uma barreira que separa os cidadãos das instituições, levando a uma despolitização que resulta da dificuldade em perceber e se engajar diretamente com as estruturas políticas.

A segunda forma de despolitização mencionada por Rosanvallon advém das transformações nos métodos de gestão das sociedades contemporâneas,

especialmente com o advento da governança. Este conceito, que se refere a formas de organização e regulação em diversos domínios da vida social, implica numa descentralização e disseminação da política, que passa a ser vista mais como um modo de coordenação e direção do que como exercício direto do poder por um sujeito político unificado. Esse processo contribui para a diluição do político em meio a redes mais complexas de tomada de decisão, envolvendo uma variedade de atores que vão além dos agentes tradicionais estatais.

Assim, embora distintas, possuem uma característica comum de diluição para esclarecer a eficácia da ação política, contribuindo para um cenário em que o engajamento cidadão direto e a compreensão das dinâmicas de poder se tornam mais desafiadoras.

Nesse sentido, o autor conclui que a democracia contemporânea enfrenta desafios que vão além das estruturas tradicionais de participação e representação, sugerindo que a democracia contemporânea enfrenta desafios que vão além das estruturas tradicionais de participação e representação.

Em suma, Rosanvallon vê a "contrademocracia" não como um obstáculo, mas como uma característica intrínseca das democracias modernas que precisa ser compreendida, valorizada e integrada de forma construtiva na prática democrática. Isso implica considerar a complexidade da governança contemporânea e buscar formas de envolver os cidadãos de forma mais significativa na vida política, além das esferas tradicionais eleitorais e representativas.

No que tange especificamente quanto ao populismo, o autor entende que este pode ser visto como uma patologia tanto da democracia eleitoral-representativa quanto da contrademocracia. O populismo radicaliza a democracia de controle, a soberania negativa e a política como julgamento, culminando numa forma de impolítica, ou seja, uma antipolítica completa e contrademocracia absoluta.

Portanto, este é descrito como uma patologia de controle e vigilância, onde a preocupação ativa e positiva em fiscalizar a ação dos poderes e submetê-los a um controle especificamente se transforma em uma estigmatização compulsiva e permanente das autoridades governantes. Isso resulta em uma visão das autoridades como uma força inimiga, radicalmente exterior à sociedade.

Rosanvallon sugere que essa visão populista, herdada de um ideal revolucionário de controle, é exemplificada pela figura histórica de Marat, que via o

controle perpétuo sobre os governantes como um dever central da ação política. O populismo, portanto, representa um extremo da atividade contrademocrática, onde o controle e a fiscalização se tornam tão dominantes que ameaçam subverter a própria essência da política, criando um ciclo de desconfiança e estigmatização que desvaloriza e diminui o poder legal.

Entretanto, é apenas no capítulo "Populismo y contrademocracia", que Pierre Rosanvallon aprofunda a análise do populismo dentro do contexto da contrademocracia, identificando o populismo como uma forma extremada da atividade contrademocrática.

Assim, o populismo é uma patologia tanto da democracia eleitoral-representativa quanto da contrademocracia, radicalizando aspectos como o controle, a soberania negativa e a política como julgamento, culminando numa forma de antipolítica ou impolítica absoluta.

Ou seja, este é como uma patologia de controle e vigilância, onde a fiscalização ativa e positiva se transforma em uma estigmatização compulsiva e permanente das autoridades governantes, vendo-as como uma força inimiga exterior à sociedade.

Além disso, o autor discute como o populismo representa uma resposta à crise de representação, ligada à diminuição da clareza social devido à indefinição das estruturas de classe e ao declínio dos partidos políticos tradicionais. Contudo, ele ressalta que essa visão é insuficiente para compreender plenamente o populismo, que deve ser visto como uma inversão perversa dos ideais e procedimentos democráticos.

Rosanvallon conclui que o populismo é uma manifestação extrema de antipolítica, caracterizada pela exacerbação das formas contrademocráticas e pela incapacidade de superar a agitação política contemporânea. Ele sugere que o populismo é uma patologia política da era atual, marcada pelo crescimento das formas contrademocráticas, levando a uma separação crescente entre o democrático e o político.

4 MOVIMENTOS POPULISTAS CONTEMPORÂNEOS E A TENSÃO ENTRE LIBERDADE E VONTADE GERAL

Nos últimos anos, tem havido um aumento significativo nos movimentos populistas em vários países, que surgem como uma resposta às percepções de desconexão entre a dita “elite política” e o “cidadão”. Na maioria das vezes, estes movimentos se fundamentam na promessa de devolver o poder ao povo, alegando representar a verdadeira vontade geral, entretanto, a promoção da liberdade individual, como defendida pelo inglês John Stuart Mill, entra em conflito com as dinâmicas populistas. Como exemplo disso, podemos analisar o “Brexit”³ no Reino Unido, e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, ambos nessa mesma perspectiva sobre a tensão entre liberdade e vontade geral.

O Brexit, como se sabe, foi amplamente impulsionado por um sentimento populista que criticava a perda de soberania britânica para a União Europeia (UE). Os defensores do Brexit argumentavam que a saída da UE restauraria o controle do Reino Unido sobre suas leis e fronteiras, em consonância com a vontade do povo britânico. No entanto, a campanha do Brexit também gerou debates sobre a desinformação e a manipulação de fatos, levantando questões sobre até que ponto a verdadeira liberdade individual estava sendo respeitada em um contexto de populismo (Rosanvallon, 2007, p. 257-259). Nesse caso, a tensão está exatamente na dificuldade de equilibrar o desejo popular de autonomia com a necessidade de uma decisão informada e racional, características centrais da liberdade individual segundo Mill.

Nos Estados Unidos, a eleição de Donald Trump em 2016 foi o resultado de um movimento populista que prometia “drenar o pântano” da política de Washington e devolver o poder ao cidadão comum. Percebendo a insatisfação de muitos americanos, Trump explorou o sentimento geral daqueles que se sentiam negligenciados pelas elites políticas e econômicas daquele momento. Não obstante, na prática, sua retórica e políticas adotadas minavam princípios fundamentais de liberdade individual constitucionalmente protegidos pelo Estado Americano, como a liberdade de imprensa e os direitos das minorias. O caso Trump ilustra bem como movimentos populistas podem, em nome da vontade geral, implementar políticas que

³ No dia 31 de janeiro de 2020, o Reino Unido deixou de ser um Estado-Membro da União Europeia. A partir daí, entrou em vigor o “Acordo de Saída”, garantindo uma saída ordenada desse país da União Europeia, e iniciou-se um período transitório, que terminou no dia 31 de dezembro de 2020. Durante esse período, o direito da União continuou a aplicar-se ao Reino Unido e a situação dos cidadãos, consumidores, empresas, investidores, estudantes e investigadores manteve-se, por isso, inalterada tanto na União Europeia como no Reino Unido.

restringem liberdades individuais, criando uma tensão intrínseca entre o populismo e os ideais liberais de Mill⁴, o que destaca ainda o quanto é desafiador e complexo garantir que a expressão da vontade geral não se sobreponha às liberdades individuais (Rosanvallon, 2007, p. 265-266), seja essa vontade da ideologia X ou Y.

No Brasil, o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, eleito pela terceira vez em 2022, é um exemplo de como um líder carismático pode aparentar uma interação democrática com o cidadão. Durante suas campanhas e mandatos, Lula sempre foca em se apresentar como representante das massas trabalhadoras e dos mais pobres, prometendo políticas de redistribuição de renda e inclusão das classes consideradas excluídas do processo econômico e social dominante. Embora, de fato, as políticas sociais lulistas tenham tirado milhões de brasileiros da pobreza⁵, é inegável o aumento da polarização política⁶ e existência de denúncias de corrupção⁷ que afetam o seu governo e o Partido dos Trabalhadores. Há uma clara tensão entre implementar políticas populares que atendem à vontade geral e garantir que as liberdades individuais sejam mantidas.

Os sobreditos exemplos mostram que, embora os movimentos populistas se apresentem como “campeões da vontade do povo”, eles podem, involuntariamente ou deliberadamente, restringir liberdades individuais em sua busca por atender à vontade geral (ou individual do líder carismático). A promoção da liberdade individual, conforme pontuada por Mill, requer um ambiente onde o debate aberto e a diversidade de opiniões sejam preservados e protegidos. Quando esses movimentos populistas se concentram na unificação da vontade geral, eles acabam comprometendo esses

⁴ Para Mill, “a tirania da maioria” é um dos perigos que a sociedade democrática deve evitar, pois pode “oprimir uma minoria indefesa” (Mill, 2018, p. 9-10).

⁵ Segundo a Agência.gov, cerca de 13 milhões de pessoas saíram da condição de fome no Brasil e 20 milhões deixaram de sofrer de insegurança alimentar em 2023, representando uma redução de 30% da insegurança alimentar total do País. Esses dados são de um estudo realizado pelo Instituto Fome Zero (IFZ), a pedido do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), com base em microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua do primeiro trimestre de 2022 com os do último trimestre de 2023.

⁶ Em 18 de março de 2024, a CNN Brasil publicou em seu web site que se registrou o aumento da polarização entre o atual governante, Lula, e Bolsonaro, nas redes sociais, chegando a patamares do período eleitoral.

⁷ De acordo com a notícia veiculada pela revista Valor Econômico, difundida no web site do Senado Federal, MPF denunciou Lula por supostos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro envolvendo R\$75,4 milhões “não só para enriquecimento ilícito, mas especialmente para alcançar governabilidade com base em práticas corruptas e perpetuação criminosas no poder”, em decorrência da operação denominada “Lava-Jato”. O mandatário foi condenado em primeiro e segundo grau ordinários, teve recursos inadmitidos no Superior Tribunal de Justiça, porém, posteriormente, após julgamento do Supremo Tribunal Federal, foi colocado em liberdade em razão de erro de procedimento (competência para julgamento).

princípios, criando um cenário onde as liberdades individuais são sacrificadas em nome de uma suposta, e inexistente, unidade popular (Mill, 2018, p. 14-17).

A análise desses movimentos populistas contemporâneos revela que a tensão entre a liberdade individual e a vontade geral não é apenas teórica, mas possui implicações práticas significativas para a governança democrática. As democracias que enfrentam o crescimento de populismos como os supracitados precisam encontrar maneiras de proteger as liberdades individuais enquanto respondem às demandas populistas, um desafio que exige um delicado equilíbrio e uma vigilância constante (Rosanvallon, 2007, p. 259), sobretudo o caso brasileiro, o qual atrai a necessidade de fortalecer as instituições democráticas para assegurar que as liberdades civis sejam preservadas em meio a pressões populistas.

5 CAMINHOS PARA A CONCILIAÇÃO ENTRE LIBERDADE INDIVIDUAL E POPULISMO NAS DEMOCRACIAS MODERNAS

Em sua defesa da liberdade individual, Mill argumentava que a diversidade de opiniões e a liberdade de expressão são essenciais para o progresso da sociedade. Segundo o autor, um ambiente onde as pessoas possam pensar, falar e agir livremente é vital para a formação de indivíduos autônomos e para o desenvolvimento de uma sociedade vibrante e inovadora (Mill, 2018, p. 13, 17). Por outro lado, Rosanvallon oferece uma análise crítica do populismo, ressaltando como ele pode representar uma ameaça à democracia ao simplificar a complexidade das demandas sociais em nome de uma suposta vontade geral. O autor francês observa que o populismo “tende a concentrar o poder em uma figura carismática e a reduzir o espaço para a deliberação democrática” (Rosanvallon, 2007, p. 257-259).

Uma das maneiras de resolver esses conflitos é reforçar as instituições democráticas que protegem a liberdade individual, promovendo um judiciário independente e uma mídia livre, na medida em que essas instituições poderiam atuar como contrapesos ao “poder populista”, garantindo que as liberdades fundamentais não sejam sacrificadas em nome da vontade geral, pois ambas têm alto impacto frente ao cidadão. Mill defendia a importância de tais instituições para salvaguardar a diversidade de opiniões e evitar a tirania da maioria, pois, ao assegurar que todos os

cidadãos tenham voz, as democracias poderão criar um ambiente onde a liberdade individual é protegida contra as pressões populistas (Mill 2018, p. 15-16).

Mill (2018, p. 13-14, 16) também enfatizava a importância da educação para o desenvolvimento do caráter e da capacidade crítica dos cidadãos. Em democracias modernas, promover uma educação que enfatize o pensamento crítico e a compreensão dos direitos e deveres cívicos pode, de fato, equilibrar as demandas populistas com a proteção da liberdade individual, eis que uma população bem informada e crítica está mais bem equipada para resistir às simplificações e manipulações populistas, defendendo um espaço para o debate racional e a diversidade de opiniões.

Por outro lado, Rosanvallon (2007, p. 288) sugere que uma forma de mitigar os riscos do populismo é fomentar uma democracia de alta intensidade, onde a participação cívica é ativa e constante, e não apenas limitada aos períodos eleitorais, podendo, com isso, incluir mecanismos de democracia direta, como referendos e consultas populares, desde que sejam acompanhados por processos deliberativos que garantam a informação adequada e o debate informado. A partir desse modelo, a vontade geral poderia ser melhor conciliada com a liberdade individual, permitindo que as demandas populares sejam atendidas sem comprometer os direitos e liberdades fundamentais.

As democracias contemporâneas podem, ainda, se beneficiar de sistemas de pesos e contrapesos que garantam a representação de diversas vozes e interesses. Nessa perspectiva, a criação de fóruns e conselhos consultivos que incluam representantes de diferentes setores da sociedade poderia contribuir para uma governança mais inclusiva e equilibrada. Essas estruturas permitiriam que as demandas populistas fossem ouvidas e consideradas, sem que a liberdade individual fosse colocada em risco. Mill (2018, p. 13) acreditava que a participação ampla e inclusiva era essencial para uma sociedade saudável e vibrante, onde todos os indivíduos tivessem a oportunidade de contribuir para o bem comum.

No Brasil, a recente polarização política e o crescimento de movimentos populistas representam a necessidade da implementação de tais mecanismos. A introdução de reformas políticas que promovam maior transparência e participação poderia ajudar a mitigar os efeitos negativos do populismo, como, por exemplo, no caso da implementação de plataformas digitais para consultas públicas e debates

políticos, com amplo acesso por toda a população, de modo que que poderiam aumentar a participação cívica e assegurar que as decisões políticas refletissem pontos de vistas divergentes de forma mais democrática, protegendo assim a liberdade individual⁸.

É essencial, portanto, que as democracias modernas mantenham um compromisso firme com os princípios do Estado de Direito e dos direitos humanos, sobretudo, a garantia de que todos os cidadãos, independentemente de sua posição política, tenham os seus direitos e liberdades protegidos. Certamente, Mill e Rosanvallon concordariam que, sem um respeito constante pelos direitos individuais, a democracia corre o risco de degenerar em tirania, seja pela maioria ou por líderes populistas. A manutenção de um sistema jurídico robusto e independente, sem interferências políticas, seria fundamental para proteger as liberdades individuais contra quaisquer excessos populistas (Mill 2018, p. 15-16; Rosanvallon 2007, p. 257-259).

Ao fortalecer instituições democráticas, promover a educação cívica, fomentar a participação cívica ativa, estabelecer sistemas de pesos e contrapesos, e manter um compromisso firme com o Estado de Direito e os direitos humanos, as democracias poderiam enfrentar esses desafios complexos assegurando uma determinada coexistência entre liberdade individual e vontade geral.

6 CONCLUSÃO

A análise da concepção de liberdade proposta por John Stuart Mill, no contexto das democracias contemporâneas, revela a complexidade e a relevância contínua de suas ideias para o entendimento dos desafios políticos e sociais atuais. Este estudo partiu do problema de como a liberdade individual, tal como defendida por Mill, pode ser preservada em face das dinâmicas coletivas e populistas que frequentemente ameaçam suprimir a autonomia pessoal em nome da vontade geral.

⁸ Rosanvallon (2007, p. 288) discute a importância de fomentar uma democracia de alta intensidade, com participação cívica ativa e constante, incluindo mecanismos de democracia direta como referendos e consultas populares, acompanhados por processos deliberativos para garantir a informação adequada e o debate informado. O autor sugere que este modelo pode ajudar a conciliar a vontade geral com a liberdade individual, permitindo que as demandas populares sejam atendidas sem comprometer os direitos e liberdades fundamentais.

A hipótese central, de que a ênfase de Mill na autonomia individual e na diversidade de opiniões oferece uma defesa eficaz contra os riscos de tirania da maioria, foi corroborada através da análise tanto teórica quanto empírica. Ao revisar as obras de Mill e confrontá-las com os desafios contemporâneos, como o Brexit e a ascensão de movimentos populistas, verificou-se que a defesa da liberdade individual continua sendo uma condição indispensável para o desenvolvimento de uma sociedade plural e democrática.

Metodologicamente, a abordagem bibliográfica e analítica permitiu uma revisão crítica das ideias de Mill e sua aplicabilidade nas democracias modernas. A integração de autores contemporâneos, como Pierre Rosanvallon, enriqueceu a discussão ao fornecer um contraponto e um aprofundamento das dinâmicas contrademocráticas e das formas de controle social que emergem no cenário atual. A análise comparativa de casos concretos demonstrou como os princípios de liberdade individual de Mill podem ser aplicados para mitigar as pressões populistas e preservar a integridade das instituições democráticas.

Adicionalmente, este estudo evidenciou que a tensão entre liberdade individual e vontade geral é um fenômeno recorrente e intrínseco às democracias, especialmente em momentos de crise ou mudança social intensa. As práticas populistas, ao enfatizarem a unidade de uma vontade geral, frequentemente negligenciam as complexidades inerentes à diversidade de opiniões e experiências que compõem uma sociedade democrática. Esse descompasso pode levar à supressão das liberdades individuais, essencialmente desvirtuando o princípio democrático que visa proteger a pluralidade e o bem-estar de todos os cidadãos. Nesse sentido, a obra de Mill proporciona uma lente crítica essencial para entender e contrabalançar essas tendências.

Por outro lado, a aplicabilidade das ideias de Mill nas democracias modernas também enfrenta desafios. O contexto contemporâneo é caracterizado por uma rápida disseminação de informações, a polarização exacerbada nas redes sociais e o enfraquecimento das instituições mediadoras tradicionais, como partidos políticos e a imprensa. Esses fatores complicam a implementação das salvaguardas para a liberdade individual propostas por Mill, exigindo uma adaptação das suas ideias aos novos meios e tecnologias de comunicação. Além disso, o fortalecimento das instituições democráticas deve ir além da simples aplicação das normas legais; deve

incluir a promoção de uma cultura de respeito e tolerância, que valorize a diversidade de opiniões e proteja a liberdade de expressão contra a censura tanto estatal quanto social.

Conclui-se, portanto, que a concepção de liberdade individual de John Stuart Mill permanece vital para a compreensão e a defesa das liberdades fundamentais em sociedades democráticas. Em um mundo marcado por crescente polarização e desafios à governança democrática, as ideias de Mill oferecem uma base teórica sólida para a promoção de uma sociedade onde a autonomia individual e a pluralidade de opiniões não apenas são respeitadas, mas também vistas como pilares essenciais para o progresso coletivo. A preservação dessas liberdades requer, entretanto, um esforço contínuo de fortalecimento das instituições democráticas e de promoção da educação cívica, de forma a garantir que as democracias possam enfrentar as ameaças do populismo sem sacrificar os direitos e as liberdades dos indivíduos.

Este estudo sugere, portanto, que a revitalização das ideias de Mill no debate público e acadêmico pode contribuir para a construção de um espaço político mais inclusivo e equilibrado. A defesa da liberdade individual, aliada ao reconhecimento da diversidade como um valor central, tem o potencial de fomentar uma cultura democrática mais resiliente e capaz de resistir às pressões populistas. Ao promover o debate crítico e a participação cidadã, as democracias contemporâneas podem encontrar novas formas de reconciliar a vontade geral com a proteção das liberdades individuais, assegurando que o progresso social não seja alcançado às custas da autonomia e dos direitos fundamentais de seus cidadãos. Assim, a obra de Mill continua a oferecer insights valiosos para a formulação de políticas públicas e para o fortalecimento das práticas democráticas em um contexto global cada vez mais complexo e desafiador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ação Integrada do Governo Federal tirou 13 milhões de pessoas da condição de fome no País. Governo Federal, 12 de maio de 2023. **Agência Gov. Social de políticas públicas**. Brasília, DF: 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/atuacao-integrada-do-governo-federal-tirou-13-milhoes-de-pessoas-da-condicao-de-fome-no-pais-1> Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. Senado Federal. MPF denuncia Lula por corrupção. Notícia. **Valor econômico**, v. 16, n. 4154, 16 jun. 2016. Política, p. A9. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/528559/noticia.html?sequence=1>. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF confirma anulação de condenações do ex-presidente Lula na Lava-Jato. **STF Notícias**, Brasília, DF: STF, 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464261&ori=1>. Acesso em: 14 maio 2023.

DIPLOMÁTICO, Portal. Brexit – A saída do Reino Unido da União Europeia. Política Externa. **Portal Diplomático**, República Portuguesa, Portugal (s.d.). Disponível em: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/brexit>. Acesso em: 14 maio 2024.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. São Paulo: Edipro, 2018.

ROSANVALLON, Pierre. **La contrademocracia**: la política en la era de la desconfianza. Barcelona: Manantial. 2007.

RIBEIRO, Leonardo. Estudo aponta aumento da polarização entre Lula e Bolsonaro nas redes sociais. **CNN Brasil**, 18 de março de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/estudo-aponta-aumento-na-polarizacao-entre-lula-e-bolsonaro-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 14 maio 2024.